



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O PERFIL DO PROFESSOR DE ARTE EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO EM SÃO LUÍS-MA

Ana Déborah Pereira de Barros
UFMA – anadeborahbarros@gmail.com

Luís Cláudio de Melo Brito Rocha
IFMA – claudiobrito@hotmail.com

Palloma Cristinne de Castro Bastos
UFMA – pallomacdecastro@gmail.com

Silleny Maria Gomes Pinto
SEDUC-MA – silleny Pinto@yahoo.com.br

Orientador: João Fortunato Soares de Quadros Júnior
UFMA – joaofjr@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar o perfil do professor de Arte de escolas públicas de ensino médio em São Luís-MA na atualidade. Para isso, foi utilizado um questionário elaborado especificamente para esse estudo, de onde foram extraídas as informações pessoais dos participantes e algumas questões próprias à disciplina. Para sua validação, foi realizada a avaliação de construto por juízes independentes, o que garantiu a credibilidade e a adequação do instrumento aos propósitos da pesquisa. Buscando contemplar o maior número de professores, foram realizadas visitas às escolas estaduais com vistas a comunicar e explicar a proposta do estudo, bem como convidar os interessados a participar dele. Ao final, participaram dessa investigação 77 professores (75% feminino e 25% masculino) de diferentes escolas estaduais de São Luís, selecionados por conveniência, utilizando como critério o interesse e disponibilidade em responder ao questionário. Como resultados, pode-se verificar que o professor de Arte atualmente em sua maioria pertence ao sexo feminino, possui idade mais avançada (entre 40 e 50 anos), com relativa experiência como docente, efetivo, com formação específica na área e com formação acadêmica em nível de especialização. Em si tratando particularmente da disciplina, observou-se que ela é oferecida nas três séries do ensino médio, havendo uma preferência pelas Artes Visuais ou pela abordagem polivalente das linguagens. Finalmente, espera-se que esse trabalho possa favorecer o desenvolvimento de novas pesquisas que busquem colaborar para uma mudança no panorama histórico de depreciação e/ou isolamento da Arte no ensino médio e na educação básica, entendendo-a como uma disciplina fundamental para a formação plena do ser humano.

Palavras-chaves: Artes Cênicas, Artes Visuais, Música, Dança, Ensino Médio.

Introdução

Antes de fazer um preâmbulo sobre a história do ensino da Arte no Brasil, é importante lembrar que essa nomenclatura é ampla e indefinida (RUSCHEL, 2010). Atualmente, ela abarca as linguagens Música, Artes Cênicas, Dança e Artes Visuais. Para esclarecimento, vale frisar que esta última linguagem teve origem nas Artes Plásticas e foi modificada com a LDB nº 9394/96, o que será abordado em outro momento, ampliando sua abrangência para abarcar expressões como



Escultura, Gravura, Desenho, Pintura, Vídeo, Cinema, Televisão, Grafite, Artes Gráficas e Animação (PEREIRA, 2014).

A Arte, como ferramenta de ensino, foi introduzida no Brasil com os jesuítas através de oficinas de artesanatos oferecidas aos povos indígenas, servindo para fins de evangelização (ORMEZANNO, 2012). O Desenho surgiu como disciplina obrigatória do currículo escolar no início do século XIX no Seminário Episcopal de Olinda, através da Reforma de Pombal, para preencher lacunas deixadas no ensino pelos religiosos (SUBTIL, 2011).

Com a chegada da Família Real no Brasil, tivemos a vinda da Missão Artística Francesa e a implantação da Escola de Belas-Artes, ambos em 1816, cujo objetivo era a formação do artista e do artesão nos moldes neoclássicos. O estudo do Desenho vai se tornar a disciplina predominante, “considerado a base de todas as Artes, tornando matéria obrigatória nos anos iniciais de estudo da academia imperial” (FUSARI; FERRAZ, 1993, p. 30).

Em 1854, após a independência do Brasil, foi publicado o primeiro documento oficial para regulamentação da educação brasileira, denominado Decreto nº 1.331. Com a promulgação desse Decreto, o ensino primário foi dividido em duas classes: instrução elementar (correspondente ao primeiro grau) e a instrução superior, o segundo grau (QUADROS JR; QUILES, 2012). Com base nesse documento, verifica-se a presença da arte como elemento obrigatório no nível educacional primário com a disciplina “Noções de música e exercícios de canto” e no ensino secundário com a cadeira “Artes de desenho, música e dança”.

Com a proclamação da República, em 1889, a organização do ensino nas legislações anteriores ficou mantida, mas o ensino de arte evoluiu para um estudo de desenho que visava em preparar o aluno para o profissionalismo, com aplicação imediata e competência para o trabalho, tanto nas fábricas como em serviços artesanais (BARBOSA, 2002). Ainda no início do século XX, a Semana de Arte Moderna de 1922 teve papel primordial na conquistas de espaços para a Arte, pois se caracterizou como as “primeiras tentativas de escolas especializadas para crianças e adolescente inaugurando o fenômeno da arte extracurricular” (BARBOSA, 2008, p. 2). Esse acontecimento transformou o ensino da Arte por trazer na sua proposta o ideal da livre expressão preconizado por Anita Malfatti e Mario de Andrade através da Música, Dança, Artes Plásticas e Poesia. Defendiam atividades que expressassem os sentimentos dos alunos, onde a “preocupação com o método, com o aluno, seus interesses, sua espontaneidade e o processo do trabalho caracterizam uma pedagogia essencialmente experimental fundamentado na Pedagogia e na Biologia” (FUSARI; FERRAZ, 1993, p. 31).



A partir de 1947, foram criados diversos ateliês para crianças, os quais tinham o objetivo de libertar suas expressões ao fazer com que se mantivessem livres das interferências dos adultos. Dentre os ateliês, destaca-se o de Lula Cardoso Aires, sediado em Recife, por sua proposta pedagógica, que levou Augusto Rodrigues a criar a “Escolinha de Arte do Brasil” (EAB) (SUBTIL, 2011). Inicialmente, as atividades eram voltadas para o público infantil, mas aos poucos foi crescendo e difundindo o Movimento Escolinha de Arte (MEA), com 32 escolas espalhadas por todo o Brasil e uma no Paraguai. O MEA baseava-se nos “princípios norteadores das escolas europeias e norte-americanas, fazendo adaptações com base nos princípios de Dewey e Read” (BACARIN; NOMA, 2000, p. 19).

A mudança do panorama com relação ao ensino de arte se deu nas décadas de 1960 e 1970, onde houve a predominância da vertente tecnicista sobretudo em função do modelo socioeconômico desenvolvimentista vigente à época, o que levou à criação de cursos de formação inicial para professor de desenho em faculdades e universidades. De acordo com Bacarin (2005, p. 142),

(...) essa tendência visava um acréscimo de eficiência da escola, objetivando a preparação de indivíduos mais competentes e produtivos conforme a solicitação do mercado de trabalho, a valorização do processo de industrialização e do desenvolvimento econômico. Ela coincidiu com a implantação da disciplina de Educação Artística, a partir da publicação da Lei 5.692/71; uma lei centrada em valores técnicos e profissionais. Ela se caracterizou por um grande enfoque nos objetivos e nos planos de curso e de aula, sem considerar os interesses e necessidades dos alunos e professores. O professor passou a ser um técnico do planejamento dos cursos escolares.

Nesse período, a Educação Artística compreendia “o desenho decorativo (faixas, letras, ornatos); desenho geométrico (morfologia e estudo das construções geométricas); desenho do natural (observação, representação e cópia de objetos) (...)” (Iavelberg apud SUBTIL, 2011, p. 245). E também veio legitimar a polivalência, com a obrigatoriedade do ensino das Artes Plásticas, Artes Cênicas e Música no currículo escolar.

Em 1996, entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394 que modificou a nomenclatura de Educação Artística para Arte, inseriu a dança no rol de linguagens artísticas e modificou o nome Artes Plásticas para Artes Visuais. Porém, não trouxe alterações com relação à problemática da polivalência. Ou seja, o profissional “é levado a assumir o ensino das Artes Visuais, da Música, do Teatro e da Dança e num período de (...) duas aulas de cinquenta minutos e agora assumindo as quatro linguagens da Arte, na escola” (RUSCHEL, 2010, p. 75).

O ensino de música na educação básica se tornou obrigatório a partir da Lei nº 11.769/08. Segundo Subtil (2011), essa obrigatoriedade foi necessária por conta que a Música tinha pouca



atenção nos livros didáticos e publicações, ficando submissa à hegemonia das Artes Plásticas. Apesar da promulgação dessa lei, diversos autores tecem críticas acerca sobre a inclusão efetiva da música na educação básica, sobretudo pela inexistência de políticas governamentais e relatos de experiências que a comprovem.

Recentemente, foi promulgada a Lei nº 13.277/16 que impõe o ensino da Música, das Artes Visuais, do Teatro e da Dança no ensino infantil, fundamental e médio, estabelecendo o prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino capacitem os professores para efetivar a implantação desses componentes curriculares na escola. Contudo, Alvarenga (2013, p. 264) levanta um questionamento interessante acerca da legislação: os professores “que já atuam na rede pública de ensino, formados em Educação Artística, ou seja, em todas as linguagens, vão poder optar por lecionar uma delas, ou terão que fazer um curso complementar?”.

Com base no panorama apresentado até o momento, a proposta desse trabalho tem como objetivo conhecer o perfil do professor de Arte de escolas públicas de ensino médio em São Luís-MA. A continuação será apresentada a metodologia da pesquisa.

Metodologia

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória de caráter quantitativo que visa “propor maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 45).

Com relação ao instrumento de coleta de dados, foi confeccionado um instrumento inédito que passou por avaliação de juízes independentes para garantir a validade de construto. Assim, o questionário aplicado era composto por 9 sessões, sendo a primeira delas destinada à identificação dos participantes, sessão que será utilizada para a construção desse artigo.

O universo desse estudo foi composto por professores de ensino médio de escolas públicas de São Luís. Primeiramente, foi realizado uma pesquisa documental para saber o quantitativo, localização e telefones de contato dos diretores de todas as escolas públicas de ensino médio de São Luís-MA. No contato inicial, solicitamos aos diretores que indicassem os professores de arte para participação na pesquisa, havendo o retorno de um quantitativo bastante aquém do planejado. Por isso, foi necessária a visita de membros da equipe pesquisadora para realizar um contato direto com os professores, onde foi explicado o objetivo da pesquisa e realizado o convite. Com isso, a amostra desse estudo contou com a participação de 77 professores de escolas públicas de ensino médio em São Luís-MA. Abaixo, serão apresentados a descrição pormenorizada dos participantes do estudo.

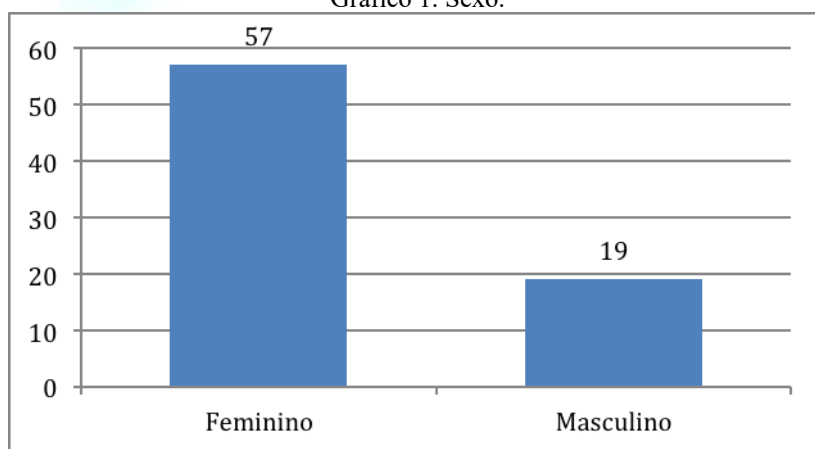


Por se tratar de dados em sua maioria quantitativos, optou-se pela utilização do software SPSS v. 17 para a análise desses dados. Com ele, foi possível a geração de tabelas e gráficos que permitiram a obtenção de um perfil sobre o professor de Arte em São Luís-MA.

O perfil do professor de Arte no Ensino Médio

Para se traçar um perfil do professor de Artes na atualidade, se optou por utilizar as seguintes variáveis: idade, sexo, formação acadêmica (graduação e pós-graduação), tempo como docente, séries de atuação, linguagem(ns) que leciona e tipo de contrato laboral.

Gráfico 1. Sexo.



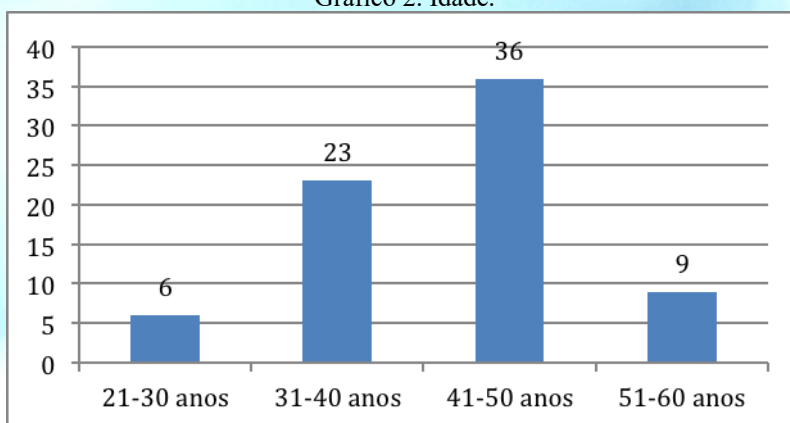
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Analisando o perfil dos professores de Arte quanto ao gênero, verificamos no gráfico 1, que, dentre os 77 respondentes, houve uma predominância do sexo feminino (57). Esse resultado sugere um diagnóstico no qual a maior parte dos professores de Arte em São Luís potencialmente pertencem ao sexo feminino, resultado que converge com as reflexões de Viana (2001) ao afirmar que a maioria feminina na carreira de docente é um fenômeno comum em todo o mundo, ainda que não se apresente de maneira universal. De acordo com a autora, desde o período colonial, historicamente, a mulher sempre teve o papel de prover a educação no lar. A partir do século XIX, a participação feminina despontou dentro da educação formal e hoje as mulheres se destacam, com ampla maioria, em quase todos os níveis do ensino.

Com relação à variável idade, o gráfico 2 constata que grande parte dos entrevistados são professores experientes, em sua maioria localizados dentro do grupo de 41 a 50 anos.



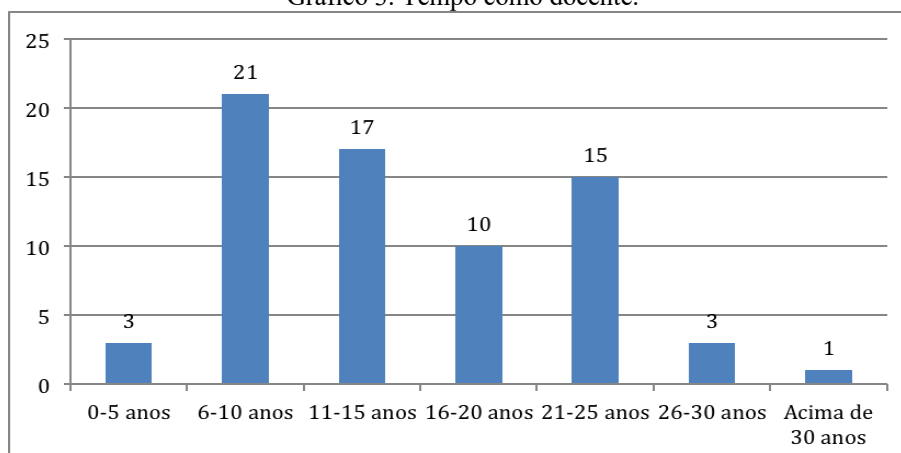
Gráfico 2. Idade.



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Esse resultado possui relação direta com outras duas variáveis, o tempo como docente (gráfico 3) e o tipo de contrato laboral (gráfico 4). A partir da primeira variável pode-se verificar a predominância de profissionais com experiência de até 15 anos, congregando a maior parte da amostra. Por outro lado, nota-se o baixo quantitativo de profissionais em final de carreira, com tempo de docência superior aos 26 anos.

Gráfico 3. Tempo como docente.

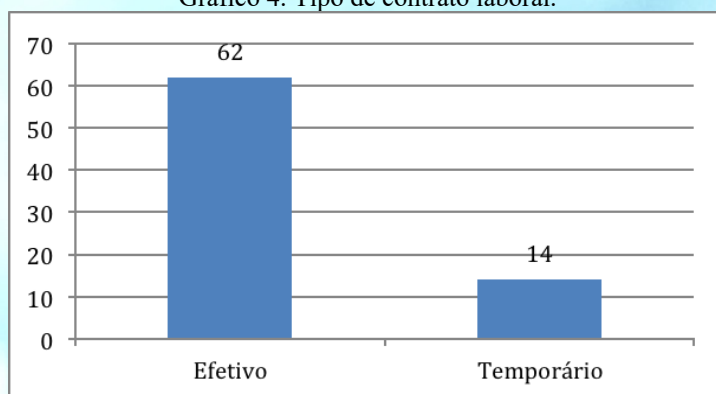


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Com relação à segunda variável, o tipo de contrato laboral, ela demonstrou que grande parte dos professores entrevistados (81,6%) pertencem ao quadro efetivo da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, o que confere à essa parcela dos professores um quadro de estabilidade profissional, aumentando as chances de se estabelecer por mais no tempo no trabalho.



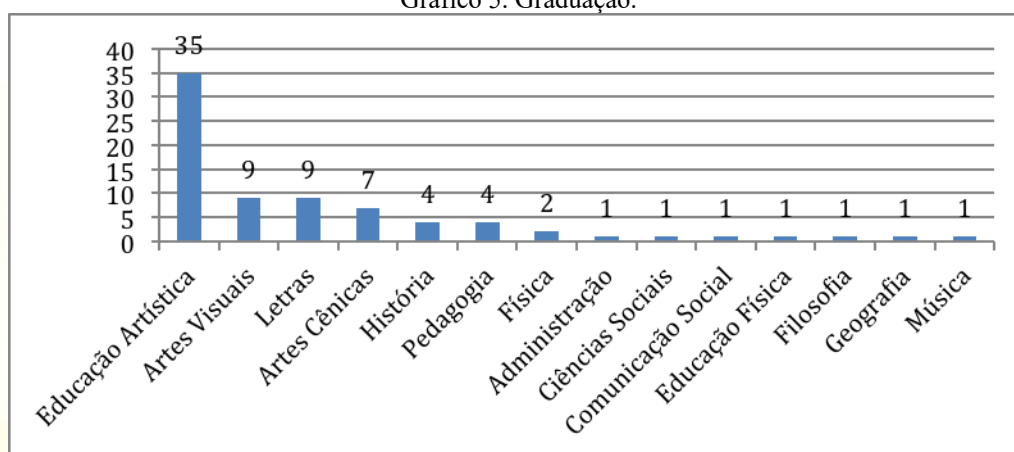
Gráfico 4. Tipo de contrato laboral.



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A superioridade do grupo com idade mais avançada (41 a 50 anos) convergiu com a situação profissional estável da grande maioria dos professores. Entretanto, pode-se afirmar que o pouco tempo de experiência docente foi um resultado surpreendente e que contrastou com os resultados anteriores. A primeira conjectura que se pode fazer sobre esses resultados é que parte dos professores entrevistados foram aprovados no último concurso realizado pela SEDUC, ocorrido em 2015. A segunda conjectura está diretamente atrelada ao interesse dos licenciados em cursos de graduação em Artes (Artes Visuais, Artes Cênicas, Dança e Música) pela carreira artística, em detrimento à docência. Essa situação pode explicar a presença de profissionais com idades mais avançadas e com pouca experiência docente.

Gráfico 5. Graduação.



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

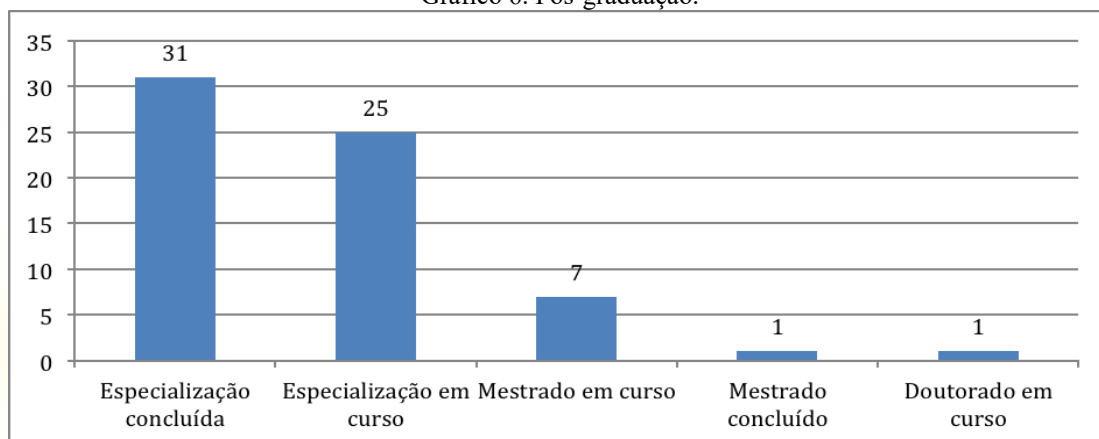
O gráfico 5 apresenta a formação acadêmica dos professores entrevistados em nível de graduação. Observa-se a grande maioria dos participantes (67,5%) possuem formação em conformidade com o que preconiza a LDB 9394/96 (formação em ensino superior específica), com



destaque para o curso de Educação Artística, formação polivalente surgida no Brasil na década de 1970 e que predomina entre os profissionais da área até os dias atuais, mas que está sendo gradativamente excluída do rol de ofertas das universidades no Brasil. Por outro lado, é importante salientar também o predomínio das linguagens Artes Visuais e Artes Cênicas, em detrimento à Música. Isso pode ser explicado pelo fato dessa última licenciatura ser a mais recente dentre as linguagens artísticas, surgindo no Maranhão apenas em 2005 na Universidade Estadual do Maranhão e em 2006 na Universidade Federal do Maranhão.

Outra informação importante acerca desse gráfico é que 25 dos 77 professores entrevistados (32,47%) não possuem formação acadêmica condizente ao exigido pela legislação vigente, com uma ligeira superioridade da formação em Letras. Essa situação gera diversos problemas para a compreensão e ensinamento sobre os conteúdos específicos das Artes, sobretudo pela falta de capacitação adequada de parte dos profissionais. Essa abertura para outras graduações vem de uma prática antiga na escola em não considerar a Arte como disciplina importante, sendo vista como algo de diversão, alívio de tensão das outras matérias difíceis (DUARTE JR, 1991) ou complemento de carga horária (SARDELICH, 2001).

Gráfico 6. Pós-graduação.



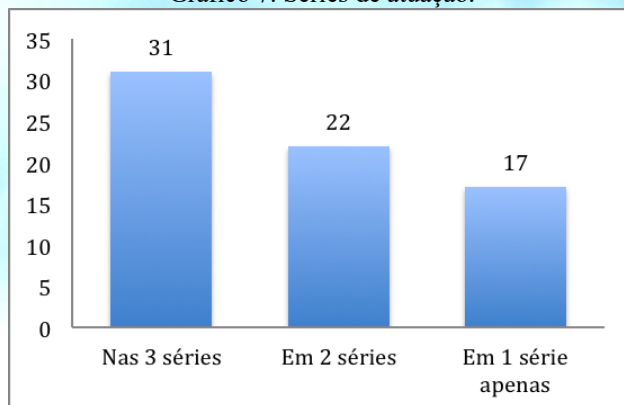
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O gráfico 6 destaca que a maioria dos participantes possuem formação em nível de *lato sensu* (especialização) (31), mas poucos são aqueles que avançaram seus estudos para o nível *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). Esse resultado leva à reflexão sobre a formação continuada do professor da educação básica, o qual muitas vezes opta pelo nível *lato sensu* seja por questões financeira, por facilidade no acesso ou mesmo pela flexibilidade e/ou praticidade dos cursos de especialização. Entretanto, faz-se necessário destacar uma potencial modificação nesse cenário a



partir dos mestrados profissionais oferecidos exclusivamente ou preferencialmente para profissionais da docência nos últimos anos.

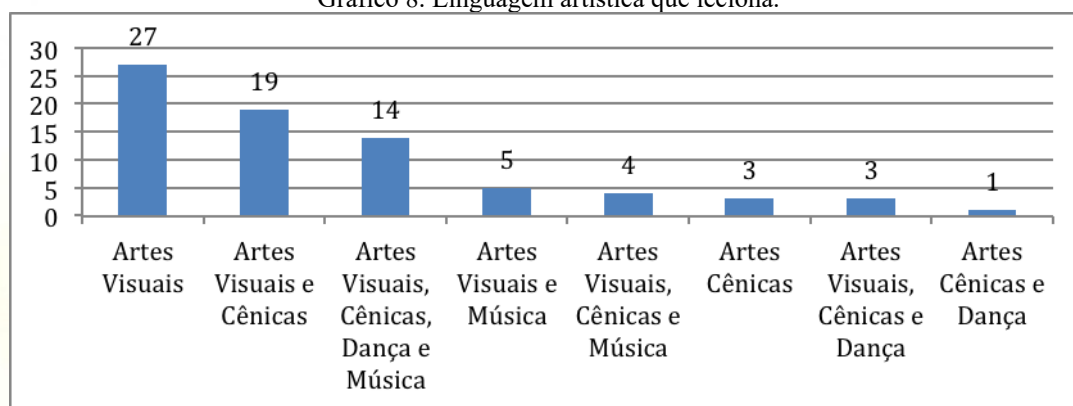
Gráfico 7. Séries de atuação.



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Com base no resultado sobre as séries de atuação, foi importante verificar que a disciplina Arte está presente em todas as séries do ensino médio. Isso demonstra uma mudança no panorama histórico da Arte na educação básica, a qual era concentrada em apenas uma das séries de cada nível escolar, impedindo que a formação artística fosse oferecida a todos os estudantes.

Gráfico 8. Linguagem artística que leciona.



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Dos 76 professores que responderam a pergunta relacionada às linguagens artísticas que lecionam, observa-se uma grande preferência para as Artes Visuais, fato comum no Brasil sobretudo após a LDB 5692/71, a qual instituiu a Educação Artística em substituição às disciplinas artísticas que compunham o currículo escolar naquele momento. Outro resultado importante foi comprovar o aspecto polivalente da disciplina, onde muitos professores afirmaram lecionar diversas linguagens dentro do conteúdo de Arte.



Considerações finais

A pesquisa aqui apresentada está em fase de análise dos dados e pretende não apenas traçar um perfil do professor de Arte em São Luís, mas sim verificar a situação atual dessa disciplina no currículo escolar, além de conhecer os pilares que alicerçam a sua docência. Entretanto, essa etapa inicial é de fundamental relevância para se conhecer e refletir sobre a relação entre o poder público e as legislações educacionais, muitas das vezes havendo total negligência do primeiro para o segundo.

Pode-se perceber que o atual professor de Arte das escolas públicas de ensino médio em São Luís-MA são pessoas do sexo feminino, com idade mais avançada, com relativa experiência como docente, efetivas no cargo, com formação específica na área e com formação acadêmica em nível de especialização. Em si tratando especificamente da disciplina, observou-se que ela é oferecida nas três séries do ensino médio, havendo uma preferência pelas Artes Visuais ou pela abordagem polivalente das linguagens.

Espera-se que esse trabalho possa favorecer o desenvolvimento de novas pesquisas que busquem colaborar para uma mudança no panorama histórico de depreciação da Arte no ensino médio e na educação básica, entendendo-a como uma disciplina fundamental para a formação plena do ser humano.

Referências bibliográficas

ALVARENGA, Valéria Metroski de. O projeto de lei 7.032/10 prevê linguagens artísticas separadas na educação básica: será o fim da polivalência? **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 7, n. 3, set./dez. 2013, p. 261-275.

BACARIN, Lígia Maria Bueno Pereira. **O movimento de arte-educação e o ensino de arte no Brasil: história e política**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2005.

_____.; NOMA, Amélia Kimiko. História do movimento de arte-educação no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

BARBOSA, Ana Mae **Arte-Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. (Org.). **Ensino da arte: memória e história**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BRASIL. **Projeto de lei 7.032/10 que altera os § 2º e 6º do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.



_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

_____. **Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 13.277, de 02 de maio de 2016.** Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília: Diário Oficial da União, 2016.

DUARTE JR, João Francisco. **Por que arte-educação?** 6ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

FERRAZ, Maria Heloísa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende. **Metodologia do Ensino da Arte.** São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Arte na Educação Escolar.** São Paulo: Cortez, 2001.

ORMEZZANO, Gabriela. Educação e arte na educação missioneira de San Ignacio Miní. **Revista da História da Educação – RHE**, v. 16, n. 36, jan./abr. 2012, p. 97-109.

PEREIRA, Katia Helena. **Como usar as Artes Visuais na sala de aula.** 2. ed., 3a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

QUADROS JR., J. F. S.; QUILLES, O. L. Música na Escola: uma revisão das legislações educacionais brasileiras entre os anos 1854 e 1961. **Revista Música Hodie**, Goiânia, v.12, n.1, 2012, p. 175-190.

RUSCHEL, Ana Luiza. O ensino de arte na educação básica. In: CONFAEB - Congresso da Federação de Arte Educadores do Brasil e IV Colóquio Sobre o Ensino de Arte, 17., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CONFAEB, 2010.

SARDELICH, Maria Emilia. Formação inicial e permanente do professor de arte na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 137-152, novembro/2001.

SUBTIL, Maria José Dozza. Reflexões sobre ensino de arte: Recortes históricos sobre políticas e concepções. **Revista do HISTEDBR**, Campinas, n. 41, p. 241-254, mai. 2011.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>> Acesso em 07 de ago. 2016.